

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Roraima

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

BOA VISTA/RR, ABRIL/2016

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Roraima

RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício 2015

Relatório de Gestão do exercício 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, Portaria TCU 321/2015 e das orientações da Controladoria Geral da União Portaria CGU nº 522/2015.

Boa Vista (RR), Abril/2016

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

Abreviaoes e Siglas	Descriao
AUDIT	Assessoria de Auditoria e Controle
CGU	Controladoria Geral da União
DMS	Declarao Mensal de Serviços
DN	Decisão Normativa
FIC	Felicidade Interna do Cooperativismo
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
IN	Instruo Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
PAGC	Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista
PDGC	Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas
RAAAI	Relatório Anual de Atividades Auditoria Interna
SINAC	Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	Unidade Estadual
UN	Unidade Nacional
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 01	Números do Cooperativismo no Estado de Roraima	12
Figura 01	Organograma Funcional	12
Quadro 1	Detalhamento do Organograma Funcional do SESCOOP/RR	13
Figura 02	Mapa Estratégico SESCOOP Nacional 2015-2020	18
Figura 03	Mapa Estratégico SESCOOP Roraima 2015-2020	19
Quadro 2	Estratégias adotadas pelo SESCOOP/RR	20 e 21
Tabela 2	Execução física financeira	23
Tabela 3	Realização Financeira	24
Tabela 4	Meta física - Programa 5100/Ação 5101	26
Tabela 5	Meta física - Programa 5200 / Ação 5201	27
Tabela 6	Meta física - Programa 5200 / Ação 5202	27
Tabela 7	Meta física - Programa 5200 / Ação 5204	27
Tabela 8	Meta física - Programa 5300 / Ação 5301	27
Tabela 9	Meta física - Programa 5300 / Ação 5302	28
Tabela 10	Meta física - Programa 0106 / Ação 8938	28
Tabela 11	Meta física - Programa 0106 / Ação 8911	28
Tabela 12	Meta física - Programa 5400 / Ação 5404	28
Tabela 13	Meta física - Programa 0750 / Ação 8901	29
Tabela 14	Meta física - Programa 0773 / Ação 8914	29
Quadro 3	Resumo dos instrumentos celebrados e transferidos	30
Quadro 4	Resumo prestação contas sobre transferências concedidas	30
Quadro 5	Situação da análise das contas prestadas no exercício	30 e 31
Quadro 6	Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas	31
Tabela 15	Evolução das receitas	31
Tabela 16	Execução das receitas	32
Tabela 17	Execução das despesas	32
Tabela 18	Evolução das despesas	33
Quadro 7	Despesas por grupo e elementos de despesas	33 e 34
Quadro 8	Informações sobre dirigentes e colegiados	40
Quadro 9	Remuneração dos conselhos de administração e fiscal	42
Quadro 10	Síntese da remuneração do superintendente	42 e 43
Quadro 11	Força de trabalho do SESCOOP/RR	47
Quadro 12	Distribuição da lotação efetiva	47
Tabela 19	Evolução da estrutura de pessoal do SESCOOP/RR, por faixa etária	47
Tabela 20	Evolução da estrutura de pessoal do SESCOOP/RR, por nível de escolaridade	48
Tabela 21	Distribuição dos colaboradores por cargo (2015)	48
Tabela 22	Distribuição dos colaboradores por faixa salarial (2015)	48
Tabela 23	Movimentação do quadro de pessoal (2015)	49
Tabela 24	Qualificação da força de trabalho (2015)	49

Quadro 13	Despesas de pessoal	50
Tabela 25	Despesas e evolução da estrutura de pessoal do Sescoop/RR	50 e 51

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

• Demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas	54 a 68
• Parecer do Conselho Fiscal	69
• Parecer do Conselho Estadual	70
• Parecer do Conselho Nacional	71
• Relatório de Instância ou Área de Correição	72
• Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	73 e 74
• Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega de Bens e Rendas	75

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1: VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	10
1.1. Finalidade e Competências	10
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do SESCOOP XX	10
1.3. Ambiente de Atuação	11
1.1. Organograma	12
1.2. Macroprocessos Finalísticos	14
CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
2.1. Planejamento organizacional	15
2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício da UPC	19
2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	19
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	21
2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	21
2.3. Desempenho Orçamentário	24
2.3.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações	26
2.3.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário	29
2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	30
2.3.4. Informações sobre Realização das Receitas	31
2.3.5. Informações sobre a Execução das Despesas	32
2.4. Desempenho Operacional	34
2.5. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho	34
CAPÍTULO 3: GOVERNANÇA	39
3.1. Descrição das Estruturas de Governança	39
3.2- Informações sobre Dirigentes e Colegiados	39
3.3- Atuação da Unidade de Auditoria Interna	40
3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	40
3.5- Gestão de Riscos e Controles Internos	41
3.6 Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos	41
3.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	41
3.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho	41
3.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria	42
3.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	43
CAPÍTULO 4: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	43
4.1. Canais de Acesso ao Cidadão	44

4.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	44
4.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários	44
4.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	44
CAPÍTULO 5: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	45
5.1. Desempenho Financeiro do Exercício	45
5.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	45
5.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	46
5.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas	46
CAPÍTULO 6: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	47
6.1. Gestão de Pessoas.....	47
6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade.....	47
6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal	50
6.1.3 – Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal	51
6.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura	51
6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário	51
6.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	52
6.3. Gestão da Tecnologia da Informação	52
6.3.1. Principais Sistemas de Informação.....	52
6.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI).....	52
6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade	52
6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	52
CAPÍTULO 7: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	53
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	53
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	53
7.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	53
7.4. Demonstrações da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	53
ANEXOS E APÊNDICES.....	54
RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	54

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão está estruturado em tópicos, abaixo sintetizados:

- **Capítulo 1- Visão Geral da Unidade:** Identificação e Atributos da Unidade: apresenta os dados e informações sobre a identificação da Unidade Estadual;
- **Capítulo 2- Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional:** apresenta os comentários e informações sobre a construção do plano estratégico, das estratégias adotadas, das principais ferramentas utilizadas, da execução física e financeira, do desempenho orçamentário, além dos indicadores de desempenho operacional da Unidade;
- **Capítulo 3- Governança:** descreve a estrutura de governança, tais como a unidade de auditoria interna, conselhos e *compliance*, demonstrando a qualidade e suficiência dos controles internos, a execução das atividades de correição, a relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, sua remuneração e informações sobre a empresa de auditoria independente;
- **Capítulo 4- Relacionamento com a Sociedade:** A Unidade Prestadora de Costa - UPC, neste capítulo irá discorrer sobre a acessibilidade dos cidadãos e os mecanismos de transparência das informações de interesse público;
- **Capítulo 5- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis:** apresenta informações sobre a execução financeira, aspectos contábeis e sistemática de apuração dos custos da unidade;
- **Capítulo 6- Áreas Especiais da Gestão:** demonstra as políticas e iniciativas adotadas na Gestão: de Pessoas, do Patrimônio e Infraestrutura, da Tecnologia da Informação; Ambiental e Sustentabilidade;
- **Capítulo 7 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle:** descreve o tratamento dado às determinações e recomendações dos órgãos de controle e medidas de conformidade adotadas na gestão;
- **Anexos e Apêndices:** apresenta documentos, tabelas e quadros que ocupem mais de uma página, devidamente referenciados nos capítulos.
- **Relatórios, Pareceres e Declarações:** apresenta as Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 6.404/76, os Pareceres dos Conselhos Nacional e Estadual, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Auditoria Independente e a Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.

O SESCOOP não realizou execução física ou financeira de ações da L.O.A – Lei Orçamentária Anual e não possui servidores inativos e pensionistas no seu Quadro de Pessoal, de modo que estas informações não constam no presente Relatório de Gestão

O fato que mais interferiu ao longo do exercício de 2015, foi o incêndio que ocorreu nas instalações físicas da Unidade Prestadora de Conta. No prédio funcionam as seguintes instituições: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR; Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Roraima - OCB/RR e o Serviço Nacional e Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Roraima - SESCOOP/RR.

O incêndio ocorreu aproximadamente por volta das 21h30min da noite do dia 19 de fevereiro do corrente ano. O corpo de bombeiros foi acionados pelas pessoas que residem próximo a sede do SESCOOP/RR. O sinistro foi totalmente debelado pela guarnição do Corpo de Bombeiros a qual atuou com eficiência evitando que o sinistro alastrasse para outras dependências do prédio assim como

para as residências existente próxima a Unidade do Sescop/RR. Os prejuízos relacionados aos danos na estrutura de equipamentos (eletroeletrônicos), móveis e de documentos foram significativos.

Os objetivos alcançados pelo Sescop/RR só foram possível em virtude com o imprescindível apoio prestado pelo Sescop Nacional visando suprir as necessidades de equipamentos (móveis e eletrônicos) ocasionadas pelo incêndio.

Apesar do infortúnio o Sescop/RR realizou, as ações inerentes à sua missão, atendendo o seu público finalísticos em todas as áreas de atuação (formação profissional, monitoramento e promoção social). As ações de monitoramentos, tem por intuito organizar, desenvolver, implementar ferramentas de governança, gestão e prestar apoio técnico contínuo, para as cooperativas. As cooperativas receberam a primeira visita técnica, onde houve a coleta de informações cadastrais, visando a coleta para alimentar o Sistema nacional de Autogestão das Cooperativas - SINAC.

Nas ações de Promoção Social, destacamos o Dia C que tem o objetivo de promover e estimular a integração das ações voluntárias de cooperados, colaboradores e familiares em um grande movimento de solidariedade cooperativista, com a realização dessa ação, foi possível beneficiar 5.000 pessoas através da participação de 28 cooperativas. e na integração Social, realizou-se por meio do Torneio de Futebol Intercooperativo, o contou com a participação de 557 pessoas e 20 cooperativas de diversos ramos.

CAPÍTULO 1: VISÃO GERAL DA UNIDADE

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS		Código SIORG: 002844	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Roraima			
Denominação Abreviada: SESCOOP -RR			
Código SIORG: Não se aplica		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo		CNPJ: 07.368.363/0001-70	
Principal Atividade: Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		Código CNAE: 8599-6/99	
Telefones/Fax de contato:	(095) 3623-2912	(095) 3623-2312	(095) 3623-0978
Endereço Eletrônico: sescoopr@yahoo.com.br			
Página na Internet: http://www.ocbr.coop.br			
Endereço Postal: Avenida Major Willians, 1018, 2º Andar, São Francisco, 69305-085, Boa Vista, Roraima			

1.1. Finalidade e Competências

1.1.1. Finalidade: o SESCOOP foi criado por meio da medida provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, com a finalidade de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados (Art. 7º).

1.1.2. Competências: as competências do SESCOOP estão definidas no DECRETO Nº 3.017, DE 6 DE ABRIL DE 1999. São elas:

I - organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional;

II - operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

III - para o desenvolvimento de suas atividades, o SESCOOP contará com centros próprios ou atuará sob a forma de cooperação com órgãos públicos ou privados.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do SESCOOP/RR

Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas
Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 e suas reedições e Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 07.04.1999 (Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP); Lei 11.524/2007 de 23/11/2007.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas
Regimento Interno registrado no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica Wagner Mendes Coelho
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas
Regulamento de Licitações e Contratos – Resoluções nº 850 e 860/2012.
Norma de Pessoal – Resolução 300/2008.

1.3. Ambiente de Atuação

O SESCOOP atua em um ambiente de elevada complexidade, pois busca apoiar de modo efetivo cooperativas de 13 (treze) diferentes Ramos/setores/subsetores de atividade econômica (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos (das grandes às pequenas) e distribuídas espacialmente por todo o País (nos 26 estados e no Distrito Federal). A seguir, uma síntese descritiva de cada um dos ramos:

1. **Agropecuário:** composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.
2. **Consumo:** constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. É o ramo mais antigo no Brasil e no mundo.
3. **Crédito:** cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.
4. **Educacional:** cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser mantenedora da escola.
5. **Especial:** cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapaz) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. A atividade econômica mais comum neste ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas.
6. **Habitacional:** compõe-se de cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
7. **Infraestrutura:** atende direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria deste ramo, aos poucos estão deixando de serem meros repassadores de energia, para se tornarem geradoras de energia.
8. **Mineral:** constituído por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
9. **Produção:** compõe-se por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
10. **Saúde:** constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos.
11. **Trabalho:** engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), cujo objetivo é proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas aos seus associados, através da prestação de serviços a terceiros.
12. **Transporte:** composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros.
13. **Turismo e lazer:** cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nestas áreas.

O desafio maior da Unidade é apoiar, de modo efetivo, um amplo e diversificado conjunto de empreendimentos cooperativos, de diferentes ramos que atuam no estado, cujos grandes números estão apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Números do Cooperativismo no Estado de Roraima

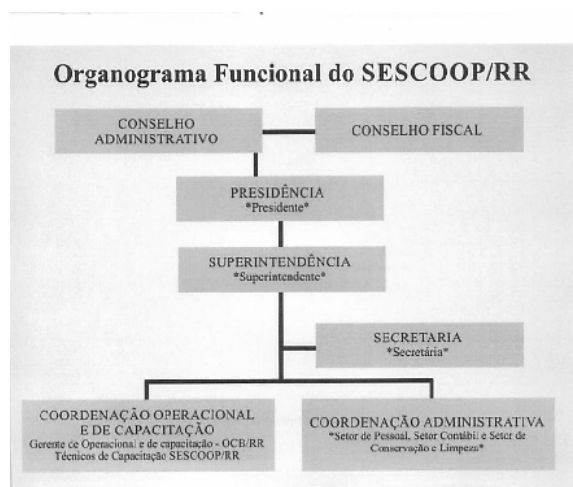
Número de Cooperativas			Número de cooperados			Número de empregados		
2014	2015	Variação (%)	2014	2015	Variação (%)	2014	2015	Variação (%)
67	67	0	4.220	4.360	0,96	407	407	0

Fonte: SESCOOP/RR

Dos 13 (trezes) ramos de negócios cooperativos, temos em Roraima 09 (nove) ramos instalados. Os quais são: trabalho, saúde, produção, transporte, agropecuário, mineral, consumo e crédito. O ramo de maior destaque em nosso Estado é o ramo de transporte de passageiros e carga (viva e seca).

Organograma

Figura 1: Organograma Funcional do SESCOOP/RR



Quadro 1: Detalhamento do Organograma Funcional do Sescop/RR

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Conselho Administrativo	Sílvio Silvestre de Carvalho Carlos Augusto Matos de Carvalho Stélio Damasceno da Silva Levi Bezerra Lima Igleison Cirqueira Gomes	É o órgão detentor do poder originário e soberano a nível estadual. Sua composição integra 09 conselheiros (titulares e suplentes) que representam dirigentes de cooperativas, empregados de cooperativas e o SESCOOP Nacional.	Conselheiro	2014 a 2018
Conselho Fiscal	Jorrimar da Silva Amorim, Rogério Pereira da Silva e Edilândia Soares da Silva.	É o órgão de assessoramento do Conselho Administrativo do SESCOOP/RR na gestão orçamentária, patrimonial e financeira. É composto por 06 membros (titular e suplente) que representam as cooperativas no Estado de Roraima	Conselheiro	2014 a 2018
Presidência	Sílvio Silvestre de Carvalho	Administrar o SESCOOP/RR, consoante às diretrizes estabelecidas pelos Conselhos do SESCOOP Nacional e Administrativo do SESCOOP/RR. É o órgão de representação política institucional e administrativa central	Presidente	2014 a 2018
Superintendência	Jucélia Rodrigues	Organizar, administrar e executar no âmbito do SESCOOP/RR, com o apoio da estrutura do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Roraima – OCB/RR, a formação profissional e de gestão das cooperativas, o monitoramento e a promoção social das cooperativas, cooperados, empregados de cooperativas e de seus familiares.	Superintendência	2014 a 2018
Gerência Administrativa	Normélia da Silva Soares	Captar, reter e desenvolver pessoas, por meio de programas e políticas que garantam sua satisfação e resultados de qualidade para a instituição. Administrar os recursos financeiros, visando garantir o equilíbrio financeiro/econômico e contábil entre receitas e despesas, por meio da equipe qualificada.	Gerência	2015
Gerência de Operações e de Capacitação	Sílvia Silvestre dos Santos	Gerenciar equipes de trabalhos e planejar, monitorar, implementar e decidir sobre projetos, programas e atividades sob sua responsabilidades.	Gerência	2015

1.1. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos do SESCOOPRR

Os processos e subprocessos estão em fase de construção e teste pela Unidade Nacional que posteriormente compartilhará e apoiará as unidades estaduais na implementação de acordo com suas particularidades.

CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento organizacional

O Plano estratégico institucional, compreendendo o horizonte 2015-2020, foi construído em seis etapas, a saber:

1 – Elaboração dos Cenários de Atuação e identificação dos Desafios Estratégicos do Cooperativismo:

Contemplou a avaliação e mapeamento das tendências e perspectivas futuras ao ambiente de atuação do cooperativismo, identificação das oportunidades e ameaças para o Sescop, antecipadas pelos cenários desenvolvidos e identificação de necessidades e demandas das cooperativas.

Nesta etapa destacou-se a participação de formadores de opinião, especialistas, pesquisadores e atores que impactam o cooperativismo, por meio de entrevistas em profundidade, e de dirigentes de cooperativas de diversos ramos, tamanhos e localidades, que responderam pesquisa via web e participaram de grupos focais - técnica de pesquisa que coleta dados a partir da interação entre grupos, no caso, de cooperativas, ao se discutir tópicos sugeridos pelo pesquisador.

2 – Avaliação do Plano do Sescop (2010-2013)

Avaliação da execução do plano estratégico 2010-2013 e seu modelo de elaboração e do ambiente interno do Sescop, com destaque para a realização de pesquisas interna com colaboradores das unidades nacional e estaduais do Sescop, para a identificação de forças e fragilidades.

3 – Formulação da Estratégia

Para a formulação da estratégia do Sescop foram realizadas oficinas com a participação de lideranças do Sescop.

4 – Modelo de Desdobramento do Plano para Unidade Nacional e Unidades Estaduais

Foi desenvolvido modelo para que as unidades do Sescop realizassem o desdobramento da estratégia institucional em planos estaduais.

5 – Desenvolvimento de Sistema de Indicadores

Definição de indicadores para mensurar a execução da estratégia institucional.

6 – Capacitação das Unidades Nacional e Estaduais

Realização de capacitação com participantes das unidades nacional e estaduais para apresentação do novo ciclo e orientação sobre a elaboração dos planos estratégicos das unidades nacional e estaduais, pautados no plano institucional.

Este ciclo de planejamento apresentou grandes diferenciais e destacou-se pela intensa participação dos diversos *stakeholders* em sua elaboração. Entre as principais características desse processo estão:

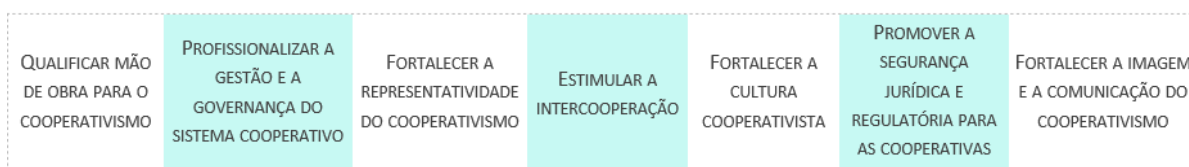
- Planejamento integrado, apresentando grande sinergia entre a Unidade Nacional e Unidades Estaduais;
- Elaboração de cenários para o cooperativismo em 2025;
- Participação direta das cooperativas no processo de planejamento;
- Definição do futuro desejado para o cooperativismo nos próximos 10 anos;
- Identificação dos Desafios Estratégicos do cooperativismo.

Os principais fundamentos do plano e o mapa estratégico institucional do Sescoop 2015-2020 encontram-se descritos a seguir:

Visão do Cooperativismo – descreve a situação desejada para o cooperativismo em 2025:

“Em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados”.

Desafios do Cooperativismo – demandará esforço das cooperativas e forte atuação das instituições que atuam em favor do desenvolvimento do cooperativismo, em especial do Sescoop. Os desafios a serem superados para alcance da visão de futuro do cooperativismo são:



Missão do Sescoop – representa a razão de ser da instituição:

“Promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras”.

Objetivos Estratégicos Finalísticos do Sescoop– revelam as principais escolhas da instituição para o período do plano e são orientados para o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão organizacional. São eles:

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo;
- Promover a profissionalização da gestão cooperativista;
- Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional;
- Promover a profissionalização da governança cooperativista;
- Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas;

- Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida;
- Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental.

Objetivos Estratégicos de Gestão – contribuem para a melhoria da organização e dos processos de gestão interna, auxiliando no alcance dos objetivos estratégicos finalísticos. São eles:

- Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;
- Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas;
- Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos;
- Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos;
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores

O grande desafio das organizações não está no planejamento em si, mas na execução da estratégia e superá-lo dependerá, em grande parte, de uma gestão estratégica voltada ao alcance de resultados concretos.

Nesse sentido, o SESCOOP tem como aliada a Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR, um modelo de gestão que reestrutura práticas, adensa a visão estratégica e reorienta a abordagem e a atuação das organizações para a geração de transformações junto ao público-alvo.

Essas transformações são impulsionadas pelos projetos estruturadores, figura que tem entre as suas principais características possuir relação forte e direta com o plano estratégico institucional, ser capaz de elevar o patamar de atuação da Unidade e ser portador de futuro.

Este novo modelo de atuação tem sido reforçado por meio de capacitações regionais realizadas durante o ano de 2015, com foco na formulação de estratégias e estruturação de projetos. Os eventos são coordenados pela Unidade Nacional do SESCOOP, com participação expressiva de colaboradores e lideranças das Unidades Estaduais, envolvidas nos processos de planejamento, projetos e orçamento, com a aplicação teórica e prática dos conceitos.

Figura 2: Mapa Estratégico SESCOOP Nacional



2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício do Sescop Roraima

O Plano Estratégico do Sescop/RR2015-2020 está inserido no contexto de um planejamento estratégico corporativo, tendo a unidade nacional e estaduais realizado o seu desdobramento, considerando as estratégias institucionais e a realidade em que estão inseridas.

O adequado desdobramento da estratégia exigiu da Unidade o entendimento da estratégia institucional, a análise dos fatores internos e externos que impactam a sua realidade, a priorização e seleção dos objetivos estratégicos a serem trabalhados, a identificação dos projetos estruturadores e das atividades que contribuirão para o alcance dos resultados esperados pelo Sescop.

Concluído o desdobramento da estratégia institucional, foi aprovado o plano estratégico da unidade estadual, apresentado a seguir:

Figura 3: Mapa Estratégico Sescop/RR



2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Uma vez aprovado, a implementação do plano estratégico tem sido realizada por meio da execução de ações que buscam alcançar as transformações necessárias ao desenvolvimento das cooperativas e das demais atividades que suportam a operação da Unidade.

As principais ações e atividades executadas em 2015, sua vinculação aos objetivos estratégicos, respectivas metas, riscos identificados para seu alcance, estratégias adotadas, bem como as devidas contextualizações estão dispostos no Quadro 02 a seguir.

Quadro 2: Estratégias adotadas pelo Sescoop/RR para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2015

Objetivos Estratégicos	Ações	Riscos	Estratégias Adotadas	Contexto	Limitações
Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo.	Programa de acompanhamento da gestão cooperativista.	Não participação efetiva das cooperativas contempladas	Realização curso com foco na gestão das cooperativas	Em virtude do cooperativismo no Estado ainda é incipiente devido à dependência de ações do poder público, há a necessidade premente de focar as ações que promovam a disseminação das doutrinas, valores e princípios do cooperativismo.	Recursos financeiros limitados o que dificulta que ações sejam intensificadas
Promover a profissionalização da gestão cooperativista.	Ações de capacitação e formações profissionais	Não participação efetiva dos cooperados e/ou empregados nos eventos ofertados.	Oferta de eventos, conforme demanda solicitada pelas cooperativas e identificadas nas ações de monitoramento.	Profissionalizar os gestores, cooperados e empregados das cooperativas, visando a eficiência e eficácia dos resultados econômicos gerados pelas cooperativas	Poucos recursos orçamentários e financeiros para contratação de profissionais especializados em determinadas áreas.
Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação.	Ações de capacitação e formações profissionais	Não participação efetiva dos dirigentes e/ou empregados nos eventos ofertados.	Oferta de eventos, conforme demanda solicitada pelas cooperativas e identificadas pelo setor de monitoramento.	Profissionalizar os gestores, cooperados e empregados das cooperativas, visando a eficiência e eficácia dos resultados econômicos gerados pelas cooperativas	Poucos recursos orçamentários e financeiros para contratação de profissionais especializados em determinadas áreas.
Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida.	Ações de promoção social	Número de participantes menor que a quantidade de pessoas planejadas.	Divulgação personalizada para a cooperativa.	Sensibilizar dirigentes para proporcionar melhor qualidade de vida aos seus cooperados e empregados, bem como respectivos familiares.	Deficiência de pessoal e restrição no orçamento e financeiro.
Monitorar desempenho e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.	Eventos de monitoramento e desenvolvimento	Não aceitação por parte das cooperativas das ações de monitoramento	Sensibilização por parte da equipe de monitoramento visando demonstrar a	As atividades são focadas nas ações demandadas pelos dirigentes das cooperativas.	Deficiência de recursos e deficiência pessoal específico para atuar na área

			importância do monitoramento das ações de gestão, financeira e orçamentária planejada e operacionalizada pela cooperativa.		demanda
Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos.	Ações voltadas para a implantação da divulgação e estruturar a comunicação interna e externa da Unidade Estadual	Gerar expectativas acima das possibilidades reais da Unidade Estadual.	Contratação de profissionais especializados em Designer gráfico e assessoria de comunicação e imprensa para atendimento às demandas da Unidade e eventualmente das cooperativas do Sistema	Necessidade de dar publicidade nas ações realizadas pela Unidade, bem como os trabalhos desenvolvidas pelas cooperativas, primando pela qualidade das ações do Sistema e estabelecer políticas de transparência e meios de divulgação e resultados das respectivas ações.	Restrições orçamentárias e financeiras

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No exercício de 2015, o Sescop Roraima elaborou seu Plano de Trabalho e Orçamento, visando a execução das iniciativas que permitissem o alcance dos objetivos estratégicos, destacando-se pela importância e impacto na realidade do cooperativismo local, as seguintes:

- Ações de Promover a profissionalização da gestão cooperativista, que beneficiou 23 pessoas, dentre 06 cooperativas;
- Ações de Monitorar desempenho e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas., que beneficiou 19 cooperativas, atingindo 476 pessoas;
- Ações de Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação, beneficiou 371 pessoas de 31 cooperativas;
- Ações de Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida, beneficiou 5.557 pessoas, atendendo 28 cooperativas.
- Ações de Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo, beneficiou 476 pessoas, atendendo 15 cooperativas.

2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

As ações realizadas pelo Sescop/RR, estão determinadas no planejamento efetuado no ano anterior ao exercício de execução e são monitoradas pelos Conselhos (CONFISC e CONSAD), assim como pela área técnica da unidade.

Conforme determina o Regimento do Sescop/RR, as ações da Unidade são apreciadas ordinariamente pelos respectivos conselhos e uma vez ao ano o Plano de Trabalho pode ser reformulado. As respectivas reformulações só ocorrem com a expressa autorização do Conselho de Administração Estadual a qual é submetidas para apreciação da Gerência de Planejamento do Sescop Nacional, em planilhas previamente repassada pela referida gerência e posteriormente é submetida ao Conselho Nacional do Sescop.

Tabela 2: Execução física e financeira dos projetos/atividades do Sescoop/RR para o exercício de 2015

Objetivos Estratégicos	Ações	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
		Unidade de Medida	Prevista	Realizada	%Realização	Prevista	Realizada	%Realização
Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo.	Programa de acompanhamento da gestão cooperativista	Pessoas	80	426	532,5	26.630,00	26.606,00	99,90
Promover a profissionalização da gestão cooperativista (MBA)	Ações de capacitação e formações profissionais	Pessoas	20	23	115	270.560,00	148.410,00	54,85
Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação. (Foco dos cursos gestão)	Ações de capacitação e formações profissionais	Pessoas	300	371	123	187.796,00	187.760,00	99,98
Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida (promoção social)	Ações de promoção social	Pessoas	900	5.557	617,44	172.460,00	172.410,00	99,97
Monitorar desempenho e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas. (monitoramento)	Eventos de monitoramento e desenvolvimento	Cooperativas	12	19	158	26.170,00	26.148,00	99,91
Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos. (comunicação)	Ações voltadas para a implantação da divulgação e estruturar a comunicação interna e externa da Unidade Estadual	Pessoas	1	1	100	27.540,00	27.540,00	100

2.3. Desempenho Orçamentário

O SESCOOP é organizado por áreas de atuação, que refletem o desempenho finalístico e de gestão do sistema. A execução orçamentária em 2015 por área de atuação está descrita a seguir:

Tabela 3 – Realizações Financeiras por Área de Atuação

ÁREAS DE ATUAÇÃO	2014	2015		
		Previsto	Realizado	% Exec.
1 - Atuação Finalística	367.100,00	683.616,00	561.335,00	89
a- Formação/capacitação profissional	222.618,00	458.356,00	336.170,00	84
b-Promoção Social	115.211,00	172.460,00	172.410,00	99
c- Monitoramento/desenvolvimento de cooperativas	29.271,00	52.800,00	52.755,00	99
2 - Gestão do Sistema – Atividade Meio	360.185,00	672.440,00	671.938,00	99
d- Órgãos Colegiados (CONSAD/CONFISC)	5.643,00	5.000,00	4.925,00	98
e- Diretoria Executiva (PRESI/SUPER)	63.709,00	125.200,00	124.996,00	99
f-Administrativo (Apoio/Informática/jurídico)	269.073,00	514.700,00	514.477,00	99
g- Divulgação/Comunicação	21.760,00	27.540,00	27.540,00	100
TOTAL	727.285,00	1.356.056,00	1.233.272,00	95

Tabela 03 – Execução Orçamentária dos Programas Executados pelo SESCOOP RR – 2014 / 2015

Como entidade vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o SESCOOP organiza as suas iniciativas a partir de uma classificação programática, que identifica os objetivos a serem atingidos com a realização das despesas. Cada nível de governo possui sua própria estrutura programática em função das peculiaridades e necessidades existentes.

A referida estrutura é composta por Programas, que representam o instrumento de organização da atuação governamental e articula um conjunto de ações.

As ações, neste caso, não são as necessárias à consecução dos projetos, mas um instrumento utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

De maneira a alinhar a execução estratégica à orçamentária, o SESCOOP utiliza a vinculação dos seus Objetivos Estratégicos – finalísticos e de gestão – a Programas e Ações monitoradas pelo MTPS, conforme Quadro abaixo.

Programa / Área Temática	Ação / Objetivo Estratégico
5100 - Cultura da Cooperação	5101 - Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo
5200 - Profissionalização e Sustentabilidade	5201 - Promover a profissionalização da gestão cooperativista
	5202 - Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional
	5203 - Promover a profissionalização da governança cooperativista
	5204 - Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas
5300 - Qualidade de vida e responsabilidade socioambiental	5301 - Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida
	5302 - Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental
5400 - Apoio à Gestão	5401 - Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos
	5402 - Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores
	5403 - Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas
	5404 - Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos
	5405 - Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos

No caso de iniciativas que não vinculam-se diretamente aos objetivos estratégicos do SESCOOP, utilize-se os Programas e Ações do MTPS, conforme Quadro abaixo.

Programa	Ação
0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego	8938 - Gestão do Processo de Planejamento Institucional
0750 – Apoio Administrativo	8901 - Manutenção de Serviços Administrativos
	8977 - Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais
	8910 – Ações de Informática
0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	8915 - Assistência Financeira a Entidades
0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego	8938 – Gestão do Processo de Planejamento Institucional
0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	8914 – Serviços de Administração e Controle Financeiro
	8951 – Serviços de Auditoria
0100 - Assistência ao Trabalhador	8903 - Assistência Médica e Odontologia
	8905 - Auxílio Alimentação/Refeição aos Colaboradores
	8906 - Auxílio Transporte aos Colaboradores
	8907 - Assistência Social aos Colaboradores
0750 – Apoio Administrativo	8904 - Assistência de Seguro de Vida em grupo

A execução orçamentária dos programas executados pelo SESCOOP/RR em 2015 segue descrita a seguir:

Programas	2014 R\$ (1,00)	2015 R\$ (1,00)		% Exec.
		Previsto	Realizado	
1 - Atuação Finalística	367.099,00	625.436,00	561.335,00	89
Programa 5100- Cultura da Cooperação (a)	48.631,00	26.630,00	26.606,00	99
Programa 5200- Profissionalização e Sustentabilidade (b)	203.257,00	484.526,00	362.319,00	85
Programa 5300 - Qualidade de Vida (c)	115.211,00	172.460,00	172.410,00	99
2 - Gestão do Sistema – Atividade Meio	360.186,00	730.620,00	730.028,00	99
Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho e Emprego (d)	68.053,00	128.400,00	128.148,00	99
Programa 5400 - Administração e Apoio (e)	21.760,00	27.540,00	27.540,00	100
Programa 0750 - Apoio Administrativo (f)	269.074,00	514.700,00	514.477,00	99
Programa 0100 - Assistência ao Trabalhador (g)	-	-	-	-
Programa 0773 - Gestão da Política de Execução Financeira, contábil e de Controle (h)	1.299,00	1.800,00	1.773,00	
TOTAL	727.286,00	1.356.056,00	1.233.273,00	95

2.3.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações

Programa: 5100 – Cultura da Cooperação

Objetivo do Programa: promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo

Ação 5101: Promover a cultura da cooperação e disseminação da doutrina

Projeto/Atividade 1

Tabela 4 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	26.630,00	26.606,00	99%
Física		80	426	532%

Fonte: SESCOOP/RR

Programa 5200- Profissionalização e Sustentabilidade

Objetivo do Programa: melhorar a gestão e a governança das cooperativas

Ação 5201: Promover a profissionalização da gestão cooperativista

Projeto/Atividade 1

Tabela 5 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	212.380,00	148.410,00	69%
Física		20	23	115%

Ação 5202: Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional

Projeto/Atividade 1

Tabela 6 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	187.796,00	187.760,00	99%
Física		300	371	123%

Ação 5204: Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas

Projeto/Atividade 1

Tabela 7 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	26.170,00	26.148,00	99%
Física		12	19	158%

Programa 5300- Qualidade de Vida

Objetivo do Programa: intensificar a segurança no trabalho e a adoção de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas e promover estilo de vida saudável entre os cooperados, empregados e familiares

Ação 5301: Apoiar as iniciativas voltadas para saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida

Projeto/Atividade 1

Tabela 8 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	65.000	65.000	100%
Física		500	5.000	1.000%

Ação 5302: Apoiar praticas de responsabilidade sociambiental

Projeto/Atividade 1

Tabela 9 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	107.460,00	107.409,00	99%
Física		400	557	139%

Programa 0106- Gestão da Política de Trabalho e Emprego

Objetivo do Programa: coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais

Ação 8938: Gestão do Processo de Planejamento Institucional

Projeto/Atividade 1

Tabela 10 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	3.200,00	3.152,00	98%
Física		1	1	100%

Ação 8911: Gestão Administrativa

Projeto/Atividade 1

Tabela 11 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	125.200,00	124.996,00	99%
Física		1	1	100%

Programa 5400 - Apoio Administrativo

Objetivo do Programa: Desenvolver e garantir competências, integrar e alinhar o Sistema SESCOOP

Ação 5404: Assegurar a adequada utilização da tecnologia de informação e comunicação

Projeto/Atividade 1

Tabela 12 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	27.540,00	27.540,00	100%
Física		1	1	100%

Programa 0750 - Apoio Administrativo

Objetivo do Programa: prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seus programas finalísticos

Ação 8901: Manutenção de Serviços Administrativos

Projeto/Atividade 1

Tabela 13 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	514.700,00	514.477,00	99%
Física		1	1	100%

Programa 0773 – Gestão da Política de Execução Financeira, Contábil e de Controle

Objetivo do Programa: contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil

Ação 8914: Serviços de Administração e Controle Financeiro

Projeto/Atividade 1

Tabela 14 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Valor/Quant.	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	% de realização
Financeira	R\$ 1,00	1.800,00	1.773,00	98%
Física		1	1	100%

2.3.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário

O fato maior intervenientes sentido pela Unidade ao longo do exercício foi ocasionado pelo incêndio que ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2015.

Por ocasião do infortúnio supracitados os laços do cooperativismo foram fortalecidos entre o SESCOOP/RR e as cooperativas, cooperados e familiares, assim como entre os parceiros.

A Unidade para atingir os objetivos estratégicos utilizou de estratégias de ações e atividades, por meios de eventos de disseminação das doutrinas, princípios e valores do cooperativismo, os quais têm o intuito de capacitar, orientar e informar as cooperativas, cooperados e seus familiares sobre a temática. Utilizou-se também da estratégia de monitoramento das empresas cooperativas quem tem como ações inerentes ao desenvolvimento da gestão cooperativista. Promoveu o estilo saudável entre cooperados, empregos e familiares por meio de atividades social, cultural e desportiva, estimulando esta forma o convívio saudável que tem com objetivo a qualidade de vida.

Desenvolveu ações de apoio administrativos as quais dão suporte às atividades finalísticas realizadas pela Unidade Estadual.

2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

A UPC, na execução descentralizada com transferência de recursos recebeu da Unidade Nacional, recursos oriundos do Fudcoop Especial, visando a execução do projeto especial - MBA Gestão de Cooperativas, o qual é realizado em convênio com a Universidade Federal do Estado de Roraima - UFRR.

Quadro 3 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Sescoop Nacional - FUNDECOOP ESPECIAL e ADICIONAL					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-			-	-
Contrato de repasse	-	-			-	-
Fundcoop Especial	-	-	1	202.370,00	60.690,00	226.550,00
Fundcoop Adicional	1	-		59.150,00	-	-
Totais	1	-	1	261.520,00	60.690,00	226.550,00

Fonte: Sescoop/RR

Quadro 4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Sescoop/RR

Quadro 5 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-

	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Fonte: SESCOOP/RR				

O quadro abaixo visa demonstrar o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela unidade (obs.: se for contratante deve demonstrar as prestações de contas de recursos recebidos). Os dias de atraso constantes do quadro são calculados em relação à data em que deveriam ter sido concluídas as análises das contas prestadas.

Quadro 6 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

2.3.4. Informações sobre Realização das Receitas

A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição social, no montante de 2,5%, incidente sobre as folhas de pagamento das cooperativas. A tabela abaixo apresenta a evolução das Receitas do SESCOOP/RR nos três últimos exercícios.

Tabela 15 – Evolução das Receitas do SESCOOP/RR

Receita	2013	2014	Variação % 2014/2013	2015	Variação% 2015/2014
Contribuições	90.147,00	118.932,00	31,92	271.325,00	128,13
Financeiras	5.484,00	3.000,00	(55,26)	16.152,00	438,4
Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.700,00	25.000,00	1.370,58	394,00	(98,42)
Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Receitas de Transferências	821.492,00	941.309,00	6,51	1.058.956,00	12,49
TOTAL	918.823,00	1.088.241,00	110,78	1.346.827,00	23,76

Fonte: SESCOOP/RR

O programa de trabalho/orçamento do SESCOOP/RR do exercício de 2015, na forma da reprogramação aprovada pelo Conselho Nacional, envolveu recursos no total de R\$ 1.356.056,00. As receitas atingiram o valor de R\$ 1.384.691,00 o que representou variação percentual de 24,60 em relação ao ano de 2014 e de 102 % da previsão orçamentária. A execução da receita de 2015 está detalhada a seguir.

Tabela 16 – Execução das Receitas do SESCOOP/RR – 2015

ORIGENS	Prevista		Realizada		Execução %
	R\$	%	R\$	%	
<i>Receitas de Contribuições</i>	236.460,00	17,44	271.325,00	20,15	114
<i>Receitas Patrimoniais</i>	2.000,00	0,15	16.152,00	1,20	807
<i>Receitas de Serviços</i>	-	-	-	-	-
<i>Transferências Correntes</i>	1.082.989,00	79,86	1.058.956,00	78,52	97
<i>Outras Receitas Correntes</i>	34.607,00	2,55	394,00	2,029	1,14
<i>Alienação de Bens</i>	-	-	-	-	-
<i>Transferências de Capital</i>	-	-	-	-	-
<i>Outras Receitas de Capital</i>	-	-	-	-	-
TOTAL	1.356.056,00	100%	1.346.827,00	100%	99,32

Fonte: SESCOOP/RR

Comentar aqui sobre oscilações significativas entre os valores previstos e os realizados.

2.3.5. Informações sobre a Execução das Despesas

Tabela 17 - Execução das Despesas por Modalidade de Licitação, por Natureza e por Elementos de Despesa do SESCOOP/RR - 2014/2015

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2015	2014	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	207.400,00	98.000,00	165.125,00	10.302,72
a) Convite	207.400,00	98.000,00	165.125,00	10.302,72
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	427.168,05	637.552,82	337.628,54	536.396,57
h) Dispensa	427.168,05	637.552,82	337.628,54	536.396,57
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	247.167,00	285.985,00	141.775,00	233.430,00
k) Pagamento em Folha	217.372,00	185.940,00	137.863,00	185.862,00
l) Diárias	29.795,00	100.045,00	3.912,00	47.568,00
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	881.735,05	1.021.537,82	6445.528,54	780.129,29

Fonte: SESCOOP/RR

Tabela 18 – Evolução das Despesas do Sescoop/RR

Despesas (R\$)	2013	2014	Variação %	2015	Variação %
Correntes	766.974,00	750.751,00	99,98	872.427,00	133,77
Pessoal e Encargos	210.324,00	210.070,00	151,31	267.806,00	84,15
Capital	5.000,00	4.338,00	62,80	93.040,00	2.963
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-
TOTAL	982.298,00	965.160,00	110,78	1.233.273,00	127,78

Fonte: Sescoop/RR

QUADRO 7 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária:			Código UO:			UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	-	-	185.940,00	217.372,00	-	-	185.863,00	137.864,00
Vencimentos	-	-	185.940,00	217.372,00	-	-	185.863,00	137.864,00
Encargos	-	-	59.900,00	82.990,00	-	-	59.846,00	48.324,00
Benefícios	-	-	22.150,00	17.880,00	-	-	22.097,00	12.431,00
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	93.040,00	3.140,00	-	-	93.040,00	1.701,00
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-

Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4. Desempenho Operacional

Os indicadores trabalhados pela UPC estão alinhados com o estratégico desenvolvido ao longo do exercício o qual refletem o desempenho das atividades da UPC.

2.5. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

Nome: Crescimento da Receita Realizada

Descritivo: Taxa de crescimento percentual do valor total da receita total realizada no ano corrente em relação ao ano anterior

Fórmula: $(\text{Valor da receita total realizada no ano} / \text{Valor da receita total realizada no ano anterior}) - 1) \times 100$

Elemento	2013	2014	2015
Valor Realizado no ano (R\$)	918.822,00	1.045.365,00	1.346.827,00
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	810.654,00	918.822,00	1.045.365,00
Índice de Crescimento da Receita (%)	10,70	13,77	28,83

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Índice de realização do orçamento

Descritivo: Valor do orçamento realizado, em relação ao valor do orçamento previsto

Fórmula: $(\text{Orçamento total realizado} / \text{Orçamento total previsto}) \times 100$

Elemento	2013	2014	2015
Total Realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.727,00
Total Previsto (R\$)	982.298,00	1.088.241,00	1.356.056,00
Índice de Realização do Orçamento (%)	98,25	66,83	95,22

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação das despesas totais com pessoal no orçamento total realizado

Descritivo: Execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal, em relação ao total do orçamento realizado

Fórmula: Valor da execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal / Valor do Orçamento total realizado X 100

Elemento	2013	2014	2015
Total das Despesas com Pessoal (R\$)	210.071,00	198.619,00	267.806,00
Orçamento Total Realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.272,00
Participação da folha de pagamento (%)	21,77	27,31	21,72

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Índice de realização do orçamento da área meio

Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área meio, exceto pessoal

Fórmula: (Valor do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal / Valor do orçamento previsto da área meio) x 100

Elemento	2013	2014	2015
Orçamento realizado da área meio (R\$)	249.939,00	257.554,00	331.661,00
Orçamento previsto da área meio (R\$)	250.974,00	397.879,00	497.420,00
Índice de Execução Orçamentária da Área Meio (%)	99,58	64,73	66,68

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Índice de realização do orçamento da área finalística

Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área finalística, exceto pessoal

Fórmula: (Valor do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal / Valor do orçamento previsto da área finalística) x 100

Elemento	2013	2014	2015
Orçamento realizado da área finalística (R\$)	568.799,00	367.100,00	561.335,00
Orçamento previsto da área finalística (R\$)	583.754,00	498.612,00	683.616,00
Índice de Execução Orçamentária da Área Finalística (%)	97,43	73,62	82,11

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, exclusive pessoal e encargos

Descritivo: Valor executado pela área finalística, exceto pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: (Total realizado da área finalística, exclusive pessoal / Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	507.749,00	367.100,00	561.335,00
Valor total do orçamento realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.272,00
Participação da área finalística no orçamento total (%)	52,60	50,47	45,51

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, inclusive pessoal e encargos

Descritivo: Valor executado pela área finalística, inclusive pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: (Total realizado da área finalística, exceto pessoal / Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	513.925,00	367.100,00	561.335,00
Valor total do orçamento realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.272,00
Participação da área finalística no orçamento total (%)	53,24	134,82	45,52

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação da área meio no total realizado

Descritivo: Valor executado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: (Total realizado da área meio, exceto pessoal / Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	160.093,00	165.482,00	331.661,00
Valor total do orçamento realizado (R\$)	161.974,00	246.841,00	1.233.272,00
Participação da área meio no orçamento total (%)	98,83	67,03	99,94

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área meio

Descritivo: Valor total do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

Fórmula: (Valor total do orçamento realizado no ano pela área meio, exceto pessoal / Valor total do orçamento realizado no ano anterior pela área meio, exceto pessoal) -1) X 100

Elemento	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Valor Realizado no ano (R\$)	131.672,00	134.264,00	331.661,00

Valor Realizado no ano anterior (R\$)	75.361,00	131.672,00	134.264,00
Variação (%)	74,72	1,96	147

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área finalística

Descritivo: Valor total do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

Fórmula: ((Valor total do orçamento realizado no ano pela área finalística, exceto pessoal / Valor total do orçamento realizado pela área finalística no ano anterior, exceto pessoal) -1) X 100

Elemento	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Valor Realizado no ano (R\$)	417.722,00	367.100,00	561.335,00
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	325.143,00	433.566,00	367.100,00
Variação (%)	28,47	(15,33)	52,91

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação dos recursos do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundcoop) no Orçamento total da unidade

Descritivo: Participação dos valores do Fundcoop recebidos e executados pela Unidade, em relação ao orçamento total realizado pela Unidade

Fórmula: (Valores Fundcoop recebidos e executados pela Unidade / Orçamento realizado pela unidade) X 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor Fundcoop recebido e executado pela Unidade (R\$)	657.192,00	737.357,00	874.769,00
Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.272,00
Participação dos recursos totais do Fundcoop no orçamento total da unidade (%)	68,09	101,38	70,93

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Participação dos recursos aplicados nos projetos especiais, no orçamento total da unidade

Descritivo: Participação dos valores recebidos e executados pela Unidade para a execução de projetos especiais Fundcoop, em relação ao orçamento total realizado pela unidade

Fórmula: (Valores recebidos e executados pela Unidade para a execução de projetos especiais / Orçamento realizado pela unidade) X 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor recebido e executado pela Unidade para a execução de projetos especiais (R\$)	164.300,00	60.690,00	119.187,00

Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	965.160,00	727.286,00	1.233.272,00
Participação dos recursos relativos aos projetos especiais Fundecoop no orçamento total da unidade (%)	17,02	8,34	9,66

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Nome: Índice de Execução dos Projetos Especiais Fundecoop

Descritivo: Valor total executado nos projetos especiais, em relação ao valor previsto no exercício

Fórmula: Valor total executado nos projetos especiais / valor total previsto para aplicação nos projetos especiais) X 100

Elemento	2013	2014	2015
Valor total executado de Projetos Especiais vigentes (R\$)	164.300,00	60.690,00	119.187,00
Valor total previsto de Projetos Especiais vigentes (R\$)	226.500,00	60.690,00	202.370,00
Índice de execução de Projetos especiais vigentes (%)	72,52	100	58,89

Fonte: Módulo Financeiro e Orçamentário – Sistema Zeus

CAPÍTULO 3: GOVERNANÇA

3.1. Descrição das Estruturas de Governança

De acordo com o Regimento Interno, são órgãos de deliberação, fiscalização, execução e administração do SESCOOP/RR:

- Conselho Administrativo: Órgão máximo no âmbito da Administração Estadual, terá mandato de 04 (quatro) anos coincidentes com o mandato do Conselho da OCB/RR, sendo composto por 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes;
- Conselho Fiscal: Composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho Administrativo do SESCOOP/RR, para um mandato de 04 (quatro) anos, coincidentes com o mandato daquele colegiado, vedada a recondução para um mandato subsequente;
- Diretoria Executiva: Órgão gestor e de Administração Estadual do SESCOOP/RR, consoante às diretrizes estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Estadual. Será composta pelo Presidente do Conselho Administrativo Estadual, como seu Presidente, e pelo Superintendente;
- Presidência; e
- Superintendência

3.2- Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Quadro 8

Nome do dirigente / membro de conselho	Período de gestão	Função	Segmento, órgão ou entidade que representa
Sílvio Silvestre de Carvalho	2014 a 2018	Presidente Conselho Administrativo	Cooperativa Contribuinte
Carlos Augusto Matos de Carvalho	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Titular	Representante do Sescoop Nacional
Stélio Damasceno da Silva	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Titular	Representante dos Empregados em Cooperativas
Levi Bezerra Lima	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Titular	Cooperativa Contribuinte
Igleison Cirqueira Gomes	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Titular	Cooperativa Contribuinte
Carlos Roberto Baena	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo	Representante do Sescoop Nacional

		Suplente	
Francisco Bezerra de Melo	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Suplente	Cooperativa Contribuinte
Carvalho Machado de Almeida	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Suplente	Cooperativa Contribuinte
Francinete de Souza e Silva	2014 a 2018	Conselheiro Administrativo Suplente	Representante dos Empregados em Cooperativas
Jorrimar da Silva Amorim	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Titular	Cooperativa Contribuinte
Edilândia dos Santos Soares	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Titular	Cooperativa Contribuinte
Rogério Pereira da Silva	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Titular	Cooperativa Contribuinte
Edivilson Padilha	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Suplente	Cooperativa Contribuinte
Amadeu Gentil do Carmo	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Suplente	Cooperativa Contribuinte
Alvino Moraes	2014 a 2018	Conselheiro Fiscal Suplente	Cooperativa Contribuinte

Fonte: SESCOOP/RR

3.3- Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O SESCOOP/RR não possui unidade de auditoria interna em sua estrutura organizacional, entretanto, a unidade de auditoria interna do SESCOOP Nacional realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

Os trabalhos de auditoria interna são planejados com auxílio de uma matriz de riscos, que permite identificar as unidades estaduais que receberão os trabalhos de auditoria em cada exercício.

3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo não possui estrutura formal para atividades de Correição, no entanto, apura ilícitos administrativos cometidos por colaboradores da entidade, com base no seu Regimento Interno e Norma de Sindicância da Entidade.

No exercício 2015, no âmbito do SESCOOP/RR, não ocorreram fatos a serem apurados por meio de sindicância ou outra modalidade de processo administrativo.

3.5- Gestão de Riscos e Controles Internos

A área de auditoria interna está estruturada no Sescoop Nacional e realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

O resultado dos trabalhos de auditoria interna é monitorado com auxílio de uma matriz de riscos, baseada nas melhores práticas geralmente aceitas, que permite visualizar a evolução dos controles internos dos processos operacionais e são atualizados ao final de cada trabalho.

A área de auditoria interna do Sescoop Nacional também possui controle sobre o andamento das implementações dos planos de ação referentes às recomendações dos trabalhos realizados, que são avaliados em testes específicos a cada auditoria executada, após os quais, os registros são atualizados em base de dados.

Após cada trabalho realizado, a Auditoria Interna do Sescoop Nacional emite um relatório contendo recomendações/sugestões de melhoria, que é enviado para a diretoria da Unidade Estadual auditada, bem como para os Conselhos Fiscal e Nacional da Entidade.

No corpo do relatório é solicitado que seu teor seja formalmente comunicado aos Conselhos Fiscal e de Administração da Unidade Estadual auditada, bem como seu registro em ata e o envio de planos de ação relativos às recomendações sugeridas.

3.6 Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos

3.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Os integrantes dos Conselhos Administrativo, Fiscal e o Presidente do Sescoop/RR, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 3.017, de 06.04.1999, não recebem remuneração, mas cédula de presença e, quando for o caso, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões, cujos valores estão demonstrados no próximo item.

3.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho

QUADRO 9 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$
1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício

Carlos Augusto M de Carvalho (T)	2014	-	197,00	788,00
Stélio Damasceno da Silva (T)	2014	-	197,00	788,00
Levi Bezerra Lima (T)	2014	-	197,00	788,00
Igleison Cirqueira Gomes (T)	2014	-	197,00	788,00
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Edilândia dos Santos Soares (T)	2014	-	197,00	591,00
Rogério Pereira da Silva (T)	2014	-	197,00	591,00
Jorrimar da Silva Amorim (T)	2014	-	197,00	591,00

3.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria

Com relação ao Superintendente, o Quadro 10 apresenta os valores totais pagos nos últimos dois exercícios.

QUADRO 10 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO SUPERINTENDENTE

Valores em R\$
1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	1	1
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)		
<i>a) salário ou pró-labore</i>	62.923,00	45.792,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos (vale refeição)</i>	3.322,00	2.400,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III – Total da Remuneração (I + II)	66.245,00	
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

3.6. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O Sescop Nacional disponibiliza anualmente para todas as unidades estaduais os serviços de Auditoria Independente que é prestado pela empresa Grant Thornton Brasil (CNPJ nº 10.830.108/0001-65), considerada uma das maiores empresas de auditoria independente do mundo,

Os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e Normas Profissionais de Auditor Independente e demais normas e procedimentos pertinentes e em vigor.

A contratação dos serviços foi executada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência. O valor atual do contratado é de R\$ 910.298,00.

Os serviços contratados são:

- 1) Formação de Opinião e emissão de Relatório de Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, referente aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- 2) Emissão de Relatórios sobre os Controles Internos, referente aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- 3) Análise de informações dos relatórios de gestão e prestação de contas das Unidades Estaduais;
- 4) Participação em reuniões dos Conselhos Fiscais e Nacional, sempre que convocado;
- 5) Trabalho eventual, ou seja, sob demanda, de auditoria de sistemas informatizados (TI).

CAPÍTULO 4: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1.Canais de Acesso ao Cidadão

Atualmente a UPC, mantém os seguintes canais de acesso ao cidadão: O in loco, nos formulários de avaliações das ações realizadas e por meio de comunicação por telefone e e-mails para que possam ser efetuadas às reclamações, sugestões ou denúncias.

Durante o exercício de 2015 não ocorreu nenhuma denuncia ou reclamações dos trabalhos realizados pela UPC.

4.2.Carta de Serviços ao Cidadão

Não há conteúdo a declarar

4.3.Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários

Não há conteúdo a declarar

4.4.Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

As informações referente a LDO e as de estrutura funcional e remuneratória do corpo funcional do Sescop/RR são trimestralmente dado publicidade no site da Unidade Nacional.

A Unidade Estadual está reestruturando o seu site para que o próximo exercício as informações inerentes a transparência da gestão da Unidade sejam todas alocadas no próprio site do Sescop/RR, visando o maior acesso às informações.

CAPÍTULO 5: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Desempenho Financeiro do Exercício

O orçamento do SESCOOP/RR voltado para a atuação finalísticas é originado principalmente das demandas e sugestões que são obtidas junto às cooperativas por ocasião a realização de eventos para as cooperativas. Outros sim, as despesas referentes com o pessoal que atuam na área finalísticas são alocadas dentro da área de atuação no centro de formação/capacitação profissional, promoção social e o monitoramento/desenvolvimento de cooperativas. Além disso, focamos o planejamento no sequenciamento de atividades realizadas nos exercícios anteriores que estão gerando resultados, para evitar a descontinuidade e maximizar o aproveitamento dos recursos. Outra importante fonte de informação é o atendimento realizado na sede do SESCOOP/RR e os atendimentos efetuados diretamente nas cooperativas, dos quais os técnicos trazem diversas demandas de capacitação e orientação técnica e, inclusive, de cunho representativo e político que são direcionadas para a OCB/RR.

O SESCOOP/RR atuou fortemente no monitoramento das cooperativas, com a presença mais efetiva dos técnicos e consultores, auxiliando na gestão dessas sociedades, mesmo sem ter ampliado o valor investido, visto que parte do recurso foi complementado por meio de parcerias com as próprias cooperativas e com a OCB/RR. Além de ser uma demanda apresentada nos eventos realizados no exercício anterior, quando são avaliadas as ações do exercício e apresentadas demandas para o próximo ano, as ações nesta área provém também da percepção de técnicos, consultores e diretoria executiva da unidade, da necessidade maior de assessoramento direto e contínuo aos dirigentes e funcionários de cooperativas que ainda apresentam limitações e desconhecimento dos preceitos e peculiaridades da sociedade cooperativa e têm dificuldades na gestão do negócio, principalmente nas áreas societária/administrativa, financeira e contábil. A maior parte das ações de monitoramento foram focas no ramo transporte reforçando ainda mais a estratégia de apoio à gestão com a disponibilização de consultores para atuarem dentro das cooperativas com a capacitação “in loco”, implementando as ferramentas estratégicas de gestão e rotinas administrativas, conforme demonstrado no capítulo 2 deste relatório.

5.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os dispositivos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 são aplicados às entidades que adotam a Lei 4.320/64, o que não é o caso do SESCOOP, que adota a Lei 6.404/64, entretanto, as respectivas normas correlatas NBC TG 27 – Ativo imobilizado e NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos são adotadas pelo SESCOOP.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A vida útil estimada e o método de depreciação do ativo imobilizado são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa constante em item específico deste Relatório de Gestão, onde também se encontram divulgadas as taxas de depreciação adotadas, a metodologia e as principais práticas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

5.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Não há conteúdo a declarar.

5.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As respectivas informações estão no anexo "I" deste relatório.

CAPÍTULO 6: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 11 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários em Cargos Efetivos	-	5	-	-
2. Funcionários com Contratos Temporários	-		-	-
4. Total de Funcionários (1+2)	-	5	-	-

Fonte: SESCOOP/RR

QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários em Cargos Efetivos	4	1
2. Funcionários com Contratos Temporários	-	-
4. Total de Servidores (1+2)	4	1

TABELA 19 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/RR, POR FAIXA ETÁRIA (2015)

Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	1			-	-
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	1	1	2	-	-
Total Quadro Fixo	2	1	2	-	5
Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Estagiários	1	-	-	-	-
Terceirizados	-	-	-	-	-
Total Temporários e Estagiários	-	-	-	-	-
Total da Unidade	1	-	-	-	-

TABELA 20 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/RR, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2015)

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-
Total Quadro Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terceirizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Temporários e Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	1	-	1	1	2	-	-	-

Fonte: SESCOOP/RR

Legenda: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CARGO (2015)

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores no cargo de técnico	1	25
Número de colaboradores no cargo de analista	1	25
Número de colaboradores no cargo de coordenador de processo	1	25
Número de colaboradores no cargo de gerente/assessor		
Número de colaboradores no cargo de gerente geral		
Número de colaboradores no cargo de superintendente	1	25
TOTAL	4	100

Fonte: SESCOOP/RR

TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES, POR FAIXA SALARIAL (2015)

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores com salário até R\$ 2.000,00	2	40
Número de colaboradores com salário de 2.001,00 a 3.000,00	1	20
Número de colaboradores com salário de 3.001,00 a 5000,00	1	20
Número de colaboradores com salário de 5.001,00 a 6.000,00	1	20
Número de colaboradores com salário de 6.001,00 a 7.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 7.001,00 a 8.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 8.001,00 a 9.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 9.001,00 a 10.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário acima de R\$ 10.000,00	-	-
Total	5	100

Fonte: SESCOOP/RR

TABELA 23 – MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL (2015)

Indicador de Turnover	Nº	%
Número de Admissões	-	-
Número de Demissões	-	-
Total de Empregados	-	-
Movimentação média anual de pessoal (<i>turnover</i>) (<i>número de admissões + número de demissões / 2</i>)/ <i>nº empregados final do período</i>)*100		0%

Fonte: SESCOOP/RR

TABELA 24 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (2015)

Indicador	Nº
Número de ações de capacitação	2
Número de horas de capacitação	480
Número de empregados capacitados no exercício	2
Média de ações de capacitação por empregado	2
Média de horas de capacitação por empregado	480

Fonte: SESCOOP/RR

Análise Crítica

Com cerca de dezesseis anos de atuação, o SESCOOP vê-se diante de desafios comuns a organizações que se relacionam com um cenário dinâmico, exigindo contínuo aprimoramento dos processos de trabalho. Por isso, a entidade vem crescendo e se desenvolvendo no sentido de melhor atender aos seus objetivos organizacionais. O SESCOOP/RR propicia ambiente de trabalho saudável, atrativo e motivador impulsiona a produtividade organizacional e aumenta o nível de satisfação de seus colaboradores. O SESCOOP/RR dedica ao seu quadro de colaboradores atenção e cuidado semelhante ao destinado seu público finalístico.

A força de trabalho do SESCOOP/RR no exercício de 2015 foi composta por de 06 colaboradores que desenvolvem as suas atividades em prol do cooperativismo no Estado de Roraima. A faixa etária dos respectivos colaboradores é de 19 á 50 anos, com nível de escolaridade do ensino médio á pós-graduação.

A força de trabalho do SESCOOP/RR está dividida da seguintes forma:

- 01 Superintendente - atua nas áreas executiva, gerencial e finalística;
- 01 Contabilista - atual da área gerencia administrativa da Unidade Prestadora de Contas - UPC;
- 01 Administrativo - Atua como apoio os trabalhos desenvolvidos pela gerência administrativa no SESCOOP/RR;
- 01 Copeira - Atual no apoio aos bem estar nas dependências físicas da UPC;
- 01 Analista de Capacitação - Atua no suporte e acompanhamento das ações finalísticas desenvolvidas pelo SESCOOP/RR;
- 01 Estagiária - Atua no suporte e acompanhamento as ações desenvolvidas pela área finalística do SESCOOP/RR.

A Unidade Prestado de Contas irá promover no exercício vindouro a entrada de novos colaboradores visando melhorar, ainda mais, o desenvolvimento das atividades finalísticas do Sescoop, uma vez que a respectiva área está tendo uma demanda crescente ao longo dos anos.

A força de trabalho distribuídas nas áreas meio e finalística estão paritárias mas a necessidade de aumentar a força de trabalho nas duas áreas do Sescoop/RR. No exercício vindouro o Sescoop/RR irá promover o aumento da força de trabalho visando atender as duas áreas meio e finalísticas).

A força de trabalho do Sescoop/RR é relativamente jovens, não havendo impactos concernente à aposentaria sobre a força de trabalho da Unidade prestadora de Contas - UPC. 43% da faixa de salarial estão distribuídas na faixa até R\$ 2.000,00 e 43% na faixa de até R\$ 3.000,00 e Um colaborador na faixa de R\$ 5.000,00.

Os gestores do SESCOOP/RR detêm a consciência que a faixa salarial operacionalizada está aquém do valor de mercado, mas devidos os poucos recursos de arrecadação própria geradas pelas cooperativas detentoras de empregados em regime CLT, não permite que seja efetuado uma melhor remuneração aos colaboradores.

Ao longo do exercício não ocorreu redução no quadro funcional da UPC.

6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 13 – DESPESAS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Funcionários com Cargos Efetivos											
Exercícios	2015	167.862	0	18.000	0	0	0	22.097	0	0	207.959
	2014	122.864	0	15.000	0	0	0	12.431	0	0	150.295
Funcionários com Contratos Temporários											
Exercícios	2015		0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014		0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sescoop/RR

TABELA 25 – DESPESAS E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/RR

Descrição	2014				2015			
	Quant	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.	Quant	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	1	Salários	25.335	25.335	1	Salários	25.335,00	25.335,00
		Encargos	5.067	5.067,00		Encargos	5.067,00	5.067,00
		Benefícios	3.624,00	3.624,00		Benefícios	3.624,00	3.624,00
Funcionários contratados	Quant	Despesa	Valor	Valor	Quant	Despesa	Valor	Valor Real.

- CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio			Prev.	Real.			Prev.	
	6	Salários	192.037,00	112.529,00	4	Salários	160.605,00	160.605,00
		Encargos	77.923,00	43.257,00		Encargos	54.833,00	54.779,00
Benefícios		14.256,00	8.807,00		Benefícios	16.526,00	18.493,00	
Total Quadro Fixo	7		318.242,00	198.619,00	5		265.990,00	267.883,00
Descrição	2014				2015			
	Quant	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.	Quant	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.
Estagiários	1	Bolsa auxílio	9.200,00	5.334,00	-	Bolsa auxílio	5.810,00	5.808,00
		Taxa	720,00	720,00		Taxa	720,00	720,00
Terceirizados	-	Salários	-	-	-	Salários	-	-
		Encargos	-	-		Encargos	-	-
		Benefícios	-	-		Benefícios	-	-
Total Temporários e Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Unidade	-	-	-	-	-	-	-	-

Análise Crítica

O maior impacto nas despesas de pessoal enfrentada pela Unidade são os encargos trabalhista, no decorrer do respectivo exercício em tela.

6.1.3 – Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

O maior risco enfrentado pela Unidade na gestão de pessoas é na retenção da força de trabalho, uma vez que não há como efetuar uma correção nas remuneração que acompanhe o mercado, em virtude da não haver disponibilidade orçamentária e financeira, bem como oportunizar outros benefício além dos que já estão garantidos na CLT (vale transporte) e o vale alimentação.

A maior parte do orçamento do Sescop/RR são alocados para o desenvolvimento das ações finalísticas para às cooperativas e nas atividades que apoio à respectiva área. seus , benefício concedidos após aprovação do Conselho Administrativo a partir do Sescop/RR.

6.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura

6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário

O patrimônio do Sescop/RR é controlado e monitorado pela área administrativa, atendendo o que determina a Norma de Controle de Bens Permanentes do Sescop Nacional. A Unidade não possui nenhum patrimônio imobiliário.

6.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Em virtude do Sescop/RR não ter disponibilidade orçamentária e financeira para compra de sede, as instalações físicas funcionam em salas alugadas. A respectiva sede da Unidade é bem localizada, desta forma propiciando o acesso a diversos órgãos governamentais, Sistema S (Sebrae, Senar e Senac), instituições financeiras e diversos empreendimentos privados de vários segmentos.

As reformas e manutenção de energia das respectivas instalações são arcadas pelo Sescop/RR, uma vez que o valor do aluguel está bem abaixo do mercado.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

A Unidade Prestadora de Contas não possui Plano Estratégico ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação, assim como não há disponibilidade financeira que possibilite a respectiva implantação.

6.3.1. Principais Sistemas de Informação

O único Sistema de informação utilizado pelo Sescop Roraima é o Sistema Zeus. A manutenção dos equipamentos de informática do Sescop/RR estão atualizados e a manutenção é efetuada por terceiros.

6.3.2 . Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI)

Não há o que comentar

Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O Sescop/RR não participa de nenhuma agenda ambiental, assim como não possui a gestão de logística sustentável (PLS). Acreditamos que o respectivo plano deva estar sendo desenvolvido pelo Sescop Nacional, pois é órgão balizador dos normativos a serem seguidos pelas Unidades Estaduais do Sescop. Todos os resíduos secos (papeis) gerados pelo Sescop/RR, são entregues para a cooperativa de catadores existentes no Estado e os materiais utilizados.

A Unidade Estadual não observa os parâmetros estabelecidos do decreto 7.746/2012, uma vez que as contratações são em sua maioria destinadas à formação profissional das cooperativas (capacitação).

6.3.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

O Sescop/RR utiliza boa parte de papel reciclável, assim como promove a utilização "copo único por dia", pelos colaboradores, que tem objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis e promove o desligamento de todos os aparelhos de informática e centrais de ar no intervalo de descanso (horário de almoço) e ao final de expediente.

Na aquisição de material de limpeza a Unidade procura utilizar os produtos oriundos de fabricantes que adotem práticas sustentáveis ao meio ambiente (produtos biodegradáveis).

CAPÍTULO 7: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2015 não ocorreu emissão de recomendações por parte do TCU.

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Não existem deliberações pendentes de atendimentos ao final do exercício.

7.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No exercício de 2015, não ocorreram medidas administrativas para apuração de responsabilidade do dano ao erário.

Não ocorreu medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário

7.4. Demonstrações da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

As entidades do Sistema S possuem regulamentos próprios de licitações, desta forma não atendemos a Lei 8.666/93, assim a Unidade observa o regulamento licitatório, exarado do SESCOOP Nacional, assim como os dispositivos expressos na Nota Técnica e contratos.

ANEXOS E APÊNDICES.

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS

5

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

ATIVO			
	Notas	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	260.246	173.029
Outros Créditos	4	5.297	-
Despesas pagas antecipadas	-	1.603	1.898
Total do ativo circulante		267.146	174.925
Ativo não circulante			
Convênios e projetos	5	-	14.700
Outros Créditos	-	-	3
Imobilizado	6	146.938	9.918
Total do ativo não circulante		146.938	24.709
Total do ativo		414.084	199.634

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2015	2014
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	-	7.631
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	8	15.357	10.588
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	9	25.578	46.933
Outras Obrigações	-	2.310	30
Obrigações com convênios	10	84.395	60.822
Total do passivo circulante		<u>127.640</u>	<u>126.004</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	12	286.444	73.630
		<u>286.444</u>	<u>73.630</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>414.084</u>	<u>199.634</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	13	1.330.281	1.035.086
(Despesas)/ outras receitas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	14	(267.806)	(198.619)
Despesas Administrativas	15	(215.457)	(160.248)
Despesas de serviços profissionais contratados	16	(641.196)	(351.044)
Despesas Institucionais	-	(13.812)	(37.314)
Despesas tributárias	-	(468)	(555)
Despesas de depreciações	6	(5.114)	(24.468)
Outras receitas/despesas operacionais	17	(9.400)	(246.939)
		(1.153.253)	(1.019.187)
Resultado financeiro líquido	18	15.065	4.194
Superavit do exercício		192.093	20.093

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	Notas	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31/12/2013		53.537	-	53.537
Superávit do exercício	-	-	20.093	20.093
Transferência para patrimônio social	-	20.093	(20.093)	-
Saldos acumulados em 31/12/2014		73.630	-	73.630
Superávit do exercício	-	-	192.093	192.093
Ajustes de exercícios anteriores	12.1	-	20.721	20.721
Transferência para patrimônio social	-	212.814	(212.814)	-
Saldos acumulados em 31/12/2015		<u>286.444</u>	<u>-</u>	<u>286.444</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit do exercício	192.093	20.093
Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação	5.114	24.468
Baixa imobilizado	9.421	-
Provisão para perda	-	191.774
	<u>206.628</u>	<u>236.335</u>
(Aumento) nos ativos		
Outros créditos	(5.293)	(188.830)
Despesas pagas antecipadas	292	(522)
Convênios e projetos	14.788	-
	<u>9.787</u>	<u>(189.352)</u>
Aumento nos passivos		
Contas a pagar	(7.631)	860
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	4.769	6.868
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	(21.355)	(4.610)
Outras Obrigações	2.280	30
Obrigações com convênios	23.573	60.822
	<u>1.636</u>	<u>63.970</u>
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	<u>218.051</u>	<u>110.953</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado	(151.555)	(1.701)
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento	<u>(151.555)</u>	<u>(1.701)</u>
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Ajustes de exercícios anteriores - Patrimônio social	20.721	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	<u>20.721</u>	<u>-</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>87.217</u>	<u>109.252</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	173.029	63.777
No final do exercício	260.246	173.029
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>87.217</u>	<u>109.252</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitos o Artigo 12. do Decreto-Lei nº 3.017 de abril de 1999:

"A distribuição e forma de utilização dos recursos obtidos neste capítulo serão definidas no Regimento Interno."

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional, o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília, e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com uma grande

capilaridade, o que, entre outras vantagens, confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O SESCOOP está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) – VI – Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o SESCOOP RR está isento também da contribuição social.

As operações dos SESCOOPS estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo SESCOOP Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Entidade no dia 08 de abril de 2016.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as

quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescoop RR, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescoop RR são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 6.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop RR bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.5. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário, encargos e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação sejam prováveis, as quais ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.7. Receitas de despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa —> órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal —> órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração —> órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	42.471	56.820
Aplicações financeiras (a)	217.775	116.209
Total	260.246	173.029

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Poupança e Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos diversos (a)	270.036	270.036
Outros créditos	5.297	-
Provisão para perda (a)	(270.036)	(270.036)
Total	5.297	-

a) Sede da Entidade sofreu acidente causado por incêndio, tendo grande parte da documentação danificada (perda total/parcial). Desta forma, os pagamentos realizados no período de outubro a dezembro de 2014, cuja documentação não pode ser recuperada, foram registradas no ativo e consequentemente constituída provisão para perda. Na medida em que a Entidade for obtendo novamente os documentos que suportem os pagamentos e despesas, a provisão para perda será revertida.

5. Convênios e projetos

Descrição	31/12/2015	31/12/2013
Projetos específicos liberados – Ativo Não Circulante	-	14.788
Total	-	14.788

6. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Benefícios Em Imóveis de Terceiros	20%	60.042	(2.862)	57.180	496
Móveis e Utensílios	10%	33.400	(557)	32.843	-
Veículos	20%	99.700	(99.699)	1	1
Máquinas e Equipamentos	10%	24.890	(988)	23.902	4.061
Equipamentos de Informática	20%	34.750	(1.738)	33.012	1.702
Outros Bens Móveis	10%	-	-	-	3.658
Total do imobilizado		252.782	(105.844)	146.938	9.918

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013	Adição	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2014
Benefícios Em Imóveis de Terceiros	674	-	(178)	496
Móveis e Utensílios	17	-	(17)	-
Veículos	18.757	-	(18.756)	1
Máquinas e Equipamentos	7.356	-	(3.295)	4.061
Equipamentos de Informática	2.223	1.701	(2.222)	1.702
Outros Bens Móveis	3.658	-	-	3.658
Total	32.685	1.701	(24.468)	9.918

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa (a)	Depreciação	Baixa Depreciação (a)	Saldo líquido em 31/12/2015
Benefícios Em Imóveis de Terceiros	496	58.515	-	(1.831)	-	57.180
Móveis e Utensílios	-	33.400	(6.542)	(557)	6.542	32.843
Veículos	1	-	-	-	-	1
Máquinas e Equipamentos	4.061	24.890	(41.521)	(988)	37.460	23.902
Equipamentos de Informática	1.702	34.750	(33.987)	(1.738)	32.285	33.012
Outros Bens Móveis	3.658	-	(5.355)	-	1.697	-
Total	9.918	151.555	(87.405)	(5.114)	77.984	146.938

(a) Em função da perda ocorrida no incêndio em fevereiro de 2015, a Entidade levantou as perdas físicas e através da Ata 61 (sexagésima primeira) de reunião ordinária do conselho administrativo, formalizou e aprovou as baixas dos saldos contábeis remanescentes.

7. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de serviços	-	7.631
Total	-	7.631

8. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e as retenções de impostos sobre a prestação de serviços, cuja posição está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	2.002	3.219
INSS a recolher	7.960	5.733
FGTS a recolher	1.722	773
PIS a recolher	211	66
IRRF a recolher	3.374	709
Outros	88	88
Total	13.357	10.588

9. Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes das folha de pagamento dos funcionários.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de férias	19.275	14.717
Provisão INSS sobre férias	4.568	5.114
Provisão FGTS sobre férias	1.542	9.631
Provisão PIS sobre férias	193	475
Provisão de 13 salário	-	12.640
Provisão INSS sobre 13 salário	-	3.077
Provisão FGTS sobre 13 salário	-	1.072

Provisão PIS sobre 13 salário	-	201
Outras provisões	-	6
Total	25.578	46.933

10. Obrigações com convênios

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Especial Fundecoop	84.395	60.822
Total	84.395	60.822

A Entidade recebeu recursos do Sescop Nacional para realização do Projeto Especial Fundecoop 035/2013, cujo tema é “Especialização em Gestão de Cooperativas” com período de término em dezembro de 2016. Enquanto o recurso não for aplicado no projeto, o mesmo é mantido como uma obrigação, tendo em contra partida uma aplicação financeira.

11. Provisão para demandas judiciais

A Entidade não é parte em processos judiciais e/ou administrativos em andamento.

12. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit e déficit acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio Social	286.444	73.630
Total	286.444	73.630

12.1 Ajustes de exercícios anteriores

No decorrer do exercício de 2015, a Entidade identificou-se a necessidade de realização de correção de erros, correspondentes aos exercícios anteriores, os quais foram registrados diretamente ao patrimônio social e estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FGTS/PIS sobre folha de pagamento	(2.355)	-
Projeto MBA em gestão de cooperativas	(14.788)	-
Contas a pagar	7.631	-
Provisões trabalhistas e previdenciárias	30.233	-
Total	20.721	

13. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de contribuições (a)	271.325	164.762
Receitas de transferências (b)	939.769	870.324
Receitas de projetos especiais (Fundecoop/MBA)	119.187	-
Total	1.330.281	1.035.086

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;

(b) Refere-se a complemento de recurso repassado pelo SESCOOP Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

14. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Salários e proventos	(185.862)	(137.864)
Encargos trabalhistas	(59.846)	(48.324)
Benefícios	(22.098)	(12.431)
Total	(267.806)	(198.619)

15. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Dirigentes e conselheiros	(4.925)	(4.706)
Ocupação e serviços públicos	(7.140)	(16.571)
Comunicações	(24.986)	(16.161)
Passagens e locomoções	(47.534)	(15.654)
Diárias e hospedagens	(47.568)	(26.812)
Materiais diversos (a)	(83.304)	(80.344)
Total	(215.457)	(160.248)

(a) Este montante está substancialmente representado por despesas de computáveis e lubrificantes, material de copa e limpeza, expediente, informática e refeições e lanches.

16. Despesa com serviços profissionais contratados

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Instrutores e consultoria	(480.465)	(208.606)
Serviços técnicos especializados	(90.705)	(96.771)
Serviços de transportes	(21.249)	(12.328)
Serviços gerais	(25.349)	(26.413)
Estagiários	(1.800)	-
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(21.628)	(6.926)
Total	(641.196)	(351.044)

17. Outras receitas/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas (a)	21	23.098
Custo na baixa do ativo imobilizado	(9.421)	-
Provisão para perdas diversas	-	(270.037)
Total	(9.400)	(246.939)

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	16.546	4.757
Total	16.546	4.757
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.481)	(563)
Total	(1.481)	(563)
Resultado financeiro líquido	15.065	4.194

19. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmicos a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.

20. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2015**

Nós, membros do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima - SESCOOP/RR, em cumprimento ao que determina as disposições legais que regem esta Unidade Estadual, examinamos as peças que compõem o Relatório de Gestão, referente ao exercício 2015, composto pelos relatórios da execução física e financeira findo em 31 de Dezembro de 2015, merecendo assim a nossa recomendação favorável ao Conselho Administrativo do SESCOOP/RR para sua apreciação e aprovação.

Boa Vista/RR, 26 de Abril de 2016

Edilândia dos Santos Soares
Edilândia dos Santos Soares
Presidente/CONFISC

Jorimar da Silva Amorim
Jorimar da Silva Amorim
Conselheira/CONFISC

Edvilson Padilha
Edvilson Padilha
Conselheiro/CONFISC

PARECER DO CONSELHO ESTADUAL;



PARECER DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2015**


Os membros do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima - SESCOOP/RR, em reunião realizada no dia 26 de Abril de 2016, em consonância do disposto no Regimento Interno da instituição, examinou as peças que compõem o Relatório de Gestão referente ao exercício 2015 e decidiu emitir parecer ratificando a sugestão do Conselho Fiscal do SESCOOP/RR, sem nenhuma ressalva. Determina ainda este Conselho que o Relatório de Gestão seja encaminhado ao Conselho Deliberativo do SESCOOP Nacional para a necessária análise, apreciação e consolidação, conforme estabelecem as disposições legais pertinentes.


Boa Vista/RR, 26 de Abril de 2016


Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente/CONSAD


Carlos Augusto Matos de Carvalho
Conselheiro/CONSAD


Igleison Cirqueira Gomes
Conselheiro/CONSAD


Rosilene Silva Souza
Conselheiro/CONSAD


Levi Bezerra Lima
Conselheiro/CONSAD

Av. Major Williams, 1018 - 2º andar
São Francisco - Boa Vista - Roraima
Fone: (95) 3623 2012 / 3623 2312 / e-mail: sescopn@yalco.com.br / sebraeroraima@yaho.com.br / presidenciaocbrr@yaho.com.br

RESOLUÇÃO Nº 1466/2016 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão e demonstrações financeiras da Unidade Estadual do Sescoop/RR.

O Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, no uso da competência conferida pelos artigos. 3º, 23, inciso III, e art. 33, inciso III, do Regimento da Unidade Nacional, observando o disposto na Resolução 05/2000 torna público que o Conselho Nacional, em sua 96ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de maio de 2016,

RESOLVEU

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão do exercício de 2015 do Sescoop de Roraima.

Art. 2º - Ressalvar as demonstrações financeiras do exercício de 2015 quanto aos efeitos comentados na "Base para opinião com ressalva", constantes do Relatório dos auditores independentes, que faz parte integrante deste normativo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 25 de maio de 2016.



MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente

O presente documento foi analisado pela ASJUR e guarda registrada em seus aspectos jurídicos.

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO;

Não existe nenhum procedimento instalado de correção

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua João de Abreu, Sl B-43 – Qd. F8 – Lt. 24e
Edifício Aton | Setor Oeste
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima
Boa Vista – RR

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima (Sescoop RR ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Sescoop RR é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Sescoop RR para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Sescoop RR. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva técnica

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.1, a Entidade realizou correção de erros em 2015, correspondentes aos exercícios anteriores, os quais foram registrados diretamente no patrimônio social sem a devida reapresentação para fins de comparação como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Consequentemente para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2014, nas demonstrações contábeis, o saldo de “Convênios e projetos” no ativo está superavaliados em R\$14.788, o saldo de “Salários, encargos sociais e imposto a recolher” no passivo está subavaliado em R\$ 2.355 e os saldos de “Contas a pagar” e “Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários” no passivo estão superavaliados em R\$7.631 e R\$30.233, respectivamente.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

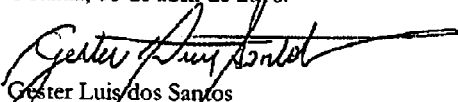
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva técnica, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas e emitimos relatório dos auditores independentes em 28 de setembro de 2015, contendo abstenção de opinião pelas seguintes limitações: i) perda de ativo imobilizado não reconhecida, formalizada pela diretoria executiva e reconhecida no exercício de 2015; ii) limitação por ausência de apresentação de controle e documentação suporte; iii) limitação por ausência de apresentação de documentação suporte sobre dispêndios ocorridos, sem efeito no efeito no exercício de 2015.

Goiânia, 08 de abril de 2016.



Gester Luis dos Santos
Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DE BENS E RENDAS



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgão de controle interno e externo que todos os conselheiros dos Conselhos Administrativo e Fiscal (titular e suplente), presidente, superintendente do SESCOOP/RR e contadora, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas, devidamente lacrada, junto a Superintendência do SESCOOP/RR para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgão de controle.

Boa Vista/RR, 02 de fevereiro de 2016.


Jucélia Rodrigues do Carmo
225.446.742-53
Superintendente

PARECER AUDITORIA



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO ASSESSORIA DE AUDITORIA E CONTROLE ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

PARECER DA AUDITORIA

Unidade: RR
Presidente: Sílvio Silvestre de Carvalho

Analisamos o Relatório de Gestão da Unidade Estadual acima identificada, quanto à composição das peças obrigatórias e observação dos itens exigidos na legislação específica.

Os trabalhos basearam-se sobre a seguinte legislação:

- ✓ Decisão Normativa TCU nº 146/2015;
- ✓ Portaria TCU nº 321/2015;
- ✓ Instrução Normativa TCU nº 63/2010;
- ✓ Portaria CGU 522/2015.

Conclusão do Parecer

Concluímos pela conformidade do Relatório de Gestão da Unidade Estadual.

Brasília, 12 de maio de 2016.


Sanlter Bosco Lopes Nonato
Assessor de Auditoria e Controle


Nelson Sanchez Ventura
Auditor